

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PMDB/MS),
em sessão no dia 10/11/2009.

O ABSURDO DA VIOLÊNCIA NAS ALDEIAS

Senhor presidente.

Senhoras e senhores deputados.

A Reserva indígena de Dourados é o principal exemplo da concentração populacional de índios Guarani Kaiowá em espaços reduzidos no Brasil. Lá, mais de 13 mil indígenas dividem 3,5 mil hectares e enfrentam sérios problemas relacionados ao avanço da criminalidade. O alcoolismo, o vício em drogas, em especial o devastador uso do crack, os assassinatos, suicídios e disputas internas, são faces da realidade cotidiana dos indígenas das aldeias Bororó e Jaguapiru.

Um recente levantamento do Ministério Público Federal mostra que o índice de homicídios na reserva de Dourados supera até o número de assassinatos ocorridos nos últimos

12 meses em países que recentemente enfrentaram guerras e vivenciam uma verdadeira convulsão social interna na atualidade, como é o caso do Iraque.

Segundo o MPF, o índice de homicídios nas aldeias do município é de 145 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto que no Iraque o número é de 93 assassinatos para cada grupo de cem mil habitantes. Mas os números da violência no interior da reserva são ainda mais alarmantes.

Conforme o mesmo estudo, o índice de homicídios nas aldeias de Dourados é 495% maior que a média dos últimos 12 meses no país, quando ocorreram 24,5 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. Nos últimos três anos, foram registrados 79 homicídios no interior das aldeias, o que representa uma média de 2,5 mortes violentas a cada mês.

Esta situação tem tomado rumos imagináveis. Atualmente, a Reserva Indígena de Dourados é apontada como um dos principais “refúgios” de motos, bicicletas e diversos objetos furtados nos bairros da cidade. Atualmente, as famílias indígenas vivem cercadas pelo medo. Existem casos de jovens e adolescentes que abandonaram os estudos devido ao temor de sair de casa durante o período da noite, quando acontece a maior parte dos casos de assalto, furto e ataques.

A questão é tão séria que, recentemente, a FUNAI e o MPF chegaram a cogitar a presença dos mesmos organismos de segurança utilizados recentemente para controlar a criminalidade nos morros do Rio de Janeiro e nas cidades satélites no Entorno de Brasília.

No entanto, a utilização da Força Nacional de Segurança Pública – formada por policiais e bombeiros militares de vários Estados do país – para atuar na segurança interna das aldeias Jaguapiru e Bororó não foi além das infinitas reuniões realizadas pela Funai para discutir a questão da segurança.

Na semana passada, fiquei estarelecido ao ser informado pelo governador André Puccinelli que, mesmo diante de índices tão alarmantes, a FUNAI proíbe a entrada da Polícia Militar para cumprir diligências no interior da reserva, alegando que trata-se de um território de responsabilidade da União. No entanto, todos nós sabemos que a Polícia Federal não possui um contingente suficiente para também cumprir esse papel de fiscalização dentro das aldeias.

Tenho consciência do papel que me cabe como legislador e tenho procurado contribuir para a diminuição desses abismos sociais existentes nas aldeias de Dourados. Na semana passada, tivemos a satisfação de inaugurar a

Escola Estadual “Marçal de Souza”, também conhecida como Escola Guateka. A inauguração da nova Escola Guateka concretiza um antigo sonho da comunidade indígena das aldeias Jaguapiru e Bororó.

As novas instalações substituem o antigo prédio de pau-a-pique que existia até no ano passado na Reserva Indígena. A construção de um novo prédio para a escola “Guateka” é uma conquista do nosso mandato que viabilizou, em parceria com o governo do Estado e o Ministério da Educação, R\$ 726.954,50 para a execução da obra.

Outra importante conquista de nosso mandato para a comunidade indígena é a construção da primeira Vila Olímpica Indígena do Brasil. A Vila Olímpica Indígena, que está sendo construída na divisa entre as aldeias Jaguapiru e Bororó, oferta aquelas comunidades tradicionais, uma alternativa esportiva de lazer. Com este equipamento público, a esperança, por meio da prática desportiva, dentre outras atividades previstas, pode eclipsar o assédio da criminalidade e da dependência química.

O projeto é único no Brasil e surge como uma alternativa também para o combate á outra prática nefasta , a prostituição de nossas crianças e jovens, que por muitas

vezes, pela falta de oportunidades ajudam, desta maneira, a sustentar suas famílias.

Esperamos que essas ações possam contribuir para a diminuição dos problemas sociais existentes na reserva de Dourados, inclusive nesta questão da criminalidade. Mas tenho a clareza de que é preciso muito mais para vencer a violência e a criminalidade dentro das aldeias.

E é neste momento, que outra situação preocupante acontece envolvendo às lideranças responsáveis pela questão indígena, as seguidas manifestações contra a permanência de Margarida Nicolleti como administradora regional da FUNAI, instaurando desta forma, um clima ainda maior de tensão, e deixando a futura resolução dos problemas citados em suspensão, e instaurando também a incerteza, quando deveríamos estar pautados pelas ações concretas.

Exemplo da particular preocupação, são os encaminhamentos tomados no sentido de cadastrar um consórcio de municípios, que sofrem com a violência indígena, no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Pronasci, articulando assim, ações de segurança e programas sociais a serem implementados na região.

Somado a esta ação, estou trabalhando atualmente para viabilizar a construção de um Centro de Assistência Psicossocial , Álcool e Drogas, na Aldeia de Dourados, com isso os índios serão assistidos com qualidade naquilo que os transporta para o mundo das drogas, oferecendo apoio na saúde mental da população.

Por isso utilizo este espaço para reiterar nossos pedidos ao presidente da Funai, Márcio Augusto Meira, no que se refere a adoção de medidas emergenciais que possam garantir a segurança na reserva indígena de Dourados.

GERALDO RESENDE

Deputado federal - PMDB/MS